



FUNDAMENTOS DE GRAMÁTICA NA ESCRITA ACADÊMICA

Fundamentals of grammar in academic writing

Resenha de:

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Escrever na universidade 3**: gramática do período e da coordenação. São Paulo: Parábola, 2020.

Regiane de Souza Cunha¹

O texto *Gramática do período e da coordenação*, de Francisco Eduardo Vieira e Carlos Alberto Faraco, publicado em 2020 pela Parábola Editorial, decorre do grupo de pesquisa Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (HGEL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e constitui o terceiro volume da coleção *Escrever na Universidade*, a qual reúne atualmente quatro volumes, a saber: Fundamentos; Texto e Discurso; Gramática do período e da coordenação; Gramática da subordinação e da norma de referência.

Ao constatar-se um déficit nas práticas de letramento acadêmico entre estudantes universitários, verificou-se que o eixo da produção escrita tende a ser negligenciado em sala de aula e, portanto, carece de atenção especial. E foi partindo dessa premissa que a coleção propõe brindar o leitor com um fecundo trabalho prático sobre a escrita, de modo a preencher as lacunas existentes no seu manejo.

Quanto ao propósito comunicativo do terceiro volume, objetiva-se exibir, com linguagem clara e acessível ao leitor-alvo, as especificidades gramaticais de sintaxe das orações coordenadas, no período simples e complexo (composto), partindo da modalidade escrita formal da língua portuguesa brasileira contemporânea, em contexto de produção universitária. Para tanto, a fim de tornar o material um manual

¹ Universidade Federal do Acre, Acre, Brasil. Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa; ORCID: link para o orcid: <https://orcid.org/0000-0022-2031-3069>; E-mail: regianescunha7@gmail.com

teórico-metodológico funcional, são apresentados características, fundamentos, modelos gramaticais e propostas de atividades acerca do assunto.

Escrever na universidade foi arquitetada pelos doutores em Linguística Francisco Eduardo Vieira da Silva e Carlos Alberto Faraco mediante as suas práticas docentes no ensino de leitura e escrita. Francisco Vieira, consoante as informações disponíveis na plataforma do Currículo Lattes, tem mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); atualmente é professor adjunto do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL), do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), do Mestrado Profissional em Linguística e Ensino (MPLE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e é líder do grupo de pesquisa HGEL.

Carlos Faraco, por sua vez, é graduado em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor também em Linguística pela *University of Salford* e tem pós-doutorado na mesma área pela *University of California*; é aposentado pela Universidade Federal do Paraná, membro do HGEL e tem pelo menos 30 livros publicados até o momento.

Gramática do período e da coordenação é dividido em três unidades (10, 11 e 12), com suas respectivas seções e subseções, e evidencia a relevância da construção e organização das palavras e expressões nos períodos de um texto, isto é, sob o viés da sintaxe, elemento fundamental para a compreensão de determinado tipo de escrita, que, no referido caso, é a acadêmica.

A unidade 10, nomeada “A gramática do texto escrito”, é elaborada em três grandes tópicos: “A norma-padrão brasileira”, “Da fala para a escrita” e “Consciência sintática”. No primeiro, tenciona-se associar a identidade linguística brasileira com uma norma-padrão, para se entender gramática na escrita institucionalizada. Como ponto de partida, tem-se a seguinte afirmação já consolidada nos estudos linguísticos: “não somos todos falantes de língua portuguesa” (VIEIRA; FARACO, 2020, p. 16). Acerca disso, embora a Carta Magna de 1988 institua a língua portuguesa (doravante LP) como sendo a língua oficial de um Brasil monolíngue, na verdade ocorre uma tentativa de sepultar vivas as mais de 200 línguas em território nacional, sejam elas autóctones ou alóctones.

Para os autores, esse é um *fato objetivo* (p. 16) que justifica a afirmação consolidada acima, juntamente com a *elaboração teórica* (p. 17), a qual designa o português brasileiro enquanto a língua falada pelos brasileiros, uma vez que não falamos a mesma LP de Portugal, Angola, Moçambique ou de outros países lusófonos. Isso poderia ser perfeitamente ilustrado pelo escritor nobelista José Saramago, no

documentário *Línguas: vidas em português*, quando enuncia que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”. Isto é, apesar de essas línguas compartilharem entre si léxico, sistema fônico e gramática semelhantes, cada uma delas apresenta suas próprias especificidades, em distintos níveis de análise linguística e também discursiva.

No tocante à língua escrita dos brasileiros – modalidade de uso enfatizada no livro –, pode-se dizer que é bem mais próxima de escritas de outras LPs, principalmente as do contexto universitário e jornalístico; porém, em muitos casos, ela tende a assumir posição de inferioridade frente à falaciosa atribuição aos “donos da língua”, ou melhor, os portugueses. Nessa ótica, contribuindo para o fortalecimento da norma-padrão brasileira, buscou-se estabelecer, segundo os autores, a chamada *escrita formal do português brasileiro contemporâneo* (p. 22), que não é a variedade usada pela grande maioria da população, haja vista que se restringe a apenas uma área de atuação humana.

O segundo tópico da unidade 10 visa denotar as principais diferenças estruturais entre fala e escrita, o que significa dizer que um sujeito falante de português brasileiro, independentemente do nível de monitoramento linguístico, jamais usará as duas modalidades de uso da língua de maneira idêntica, porquanto estará lidando com dois tipos de gramáticas. A partir de um exemplo de texto falado em uma interação face a face de dois estudantes universitários, Vieira e Faraco procuram desmitificar a anacrônica falácia de que a escrita é a mera transposição de uma fala espontânea para o meio gráfico, com meras convenções envolvidas; pelo contrário, envolve mudanças mais profundas no processo de *retextualização* (MARCUSCHI, 2010 *apud* VIEIRA; FARACO, 2020, p. 30), que mobiliza uma série de operações complexas que modificam tanto a forma quanto o conteúdo das sentenças

No terceiro tópico, a consciência sintática figura um elemento crucial para a compreensão da estrutura da escrita formal, a qual é incorporada pelo sujeito falante quando este é imerso em pelo menos duas categorias de práticas deliberadas de aprendizagem: a) leitura e produção de textos; e b) análise gramatical, as quais compõem a tese de que “a efetiva compreensão das possibilidades estruturais da frase também é uma chave importante para o domínio da escrita acadêmica” (VIEIRA; FARACO, 2020, p. 34); e essa compreensão é justamente a consciência sintática que é evocada do indivíduo.

Ainda na seção sobre consciência sintática, os autores evidenciam as escolhas teórico-metodológicas que regem o trabalho: 1) os domínios jornalístico e acadêmico são os que melhor representam a norma-padrão brasileira, diferentemente da literatura que, por muito tempo, governou sozinha os modelos estruturais de escrita; 2) o período é uma unidade privilegiada no texto para a análise sintática e semântica no ensino da produção escrita; 3) a pedagogia de desenvolvimento da consciência sintática não foi baseada em uma teoria

específica sobre sintaxe. Por fim, há uma sequência de análises de aspectos gramaticais, em uma diagramação interativa, isto é, quadros coloridos, em que cada cor corresponde a um constituinte sintático, de modo a enriquecer a discussão até então levantada.

A unidade 11, intitulada “Por dentro do período”, é dividida em três seções: “Períodos, orações e constituintes”, “A gramática da oração descontextualizada” e “O modelo SVCA”. Na primeira seção, pretende-se, por meio de diagramas coloridos, diferenciar o período simples (frase verbal formada por um verbo ou locução verbal) do complexo (frase verbal composta por mais de um verbo ou locução verbal) e corroborar o fato de que a oração não se restringe a uma sequência linear de palavras, mas que, na verdade, reúne os constituintes da sentença em uma organização hierarquizada.

No que tange à estruturação dos períodos, consoante os autores, sabe-se que os verbos assumem a posição central nas sentenças e as demais partes gravitam em torno deles. Isso significa dizer que essa classe gramatical institui exigências sintáticas, solicita elementos internos ou externos a eles (argumentos) e é classificada conforme a pessoa, o número, o tempo e o modo, sendo, para os escreventes do livro, a palavra mais fácil de ser identificada no período.

Outra categoria gramatical, para Vieira e Faraco, que merece destaque é a oração, que é identificada a partir da presença de um verbo, ou seja, a oração equivale semanticamente ao período simples, significando que o período composto ou complexo tem duas ou mais orações e, obviamente, dois ou mais verbos/locuções verbais. E a oração é arquitetada por um arranjo de constituintes, seguindo uma cadeia hierarquizada, os quais são solicitados pelo verbo.

Na seção 11.2, acerca da gramática da oração descontextualizada, reenfata-se que as análises diagramadas dos exemplos trazidos partem unicamente da materialidade linguística (a forma), enquanto o contexto tende a ser secundarizado. Nesse sentido, para a análise formal de um período, a consciência sintática do sujeito só é estabelecida se vista do viés estrutural, na relação com outros períodos para a composição sintática, juntamente à noção de composição lógico-semântica, quer dizer, a noção de “sentido completo”, de juízo da oração. Em relação à justificativa de desconsiderar o contexto, os autores alegam que “Para um agrupamento de palavras ser considerado completo do ponto de vista lógico-sintático, não interessa se ele é verdadeiro ou se ele é falso; interessa se ele pode ser considerado verdadeiro ou se ele pode ser considerado falso” (VIEIRA; FARACO, 2020, p. 84).

Em “O modelo SVCA”, há esclarecimentos sobre os principais constituintes de uma frase verbal: sujeito, verbo, complemento verbal e adjunto adverbial. O sujeito é o constituinte que concorda com o verbo

em número e pessoa, pelo menos na escrita e fala formais, posto que, nas variações regidas pela norma popular, a marcação de plural ocorre em apenas um elemento da sentença, por exemplo: “os menino saiu”. O complemento verbal, quando na ordem direta, sequencia o verbo (transitivo ou intransitivo), integrando seu argumento interno no preenchimento do sentido, e pode assumir a seguinte classificação: objeto direto ou objeto indireto. O adjunto adverbial, por sua vez, é um constituinte acessório, não argumental, deslocável, que traz alguma informação adicional à sentença e que pode modificar a pontuação. Por fim, somado aos constituintes anteriores, destacam-se o aposto – desenvolvimento de um nome ou expressão – e a estrutura parentética, que agrega comentários paralelos ao período.

Em suma, na unidade 11 verificou-se a importância da consciência sintática para se entender a norma-padrão do português brasileiro contemporâneo, levando-se em consideração a ordenação de arranjos gramaticais em textos reais. Além disso, Vieira e Faraco sinalizam a importância dessa consciência para o ensino de escrita universitária, pois viabiliza ao aluno poder operar funcionalmente na linguagem. E fazendo coro a essa premissa, pode-se revisitar a discussão da professora e escritora Eloisa Pilati sobre a importância do trabalho de reflexão gramatical, o qual é alvo de inobservância em sala de aula:

Desconsiderar as reflexões gramaticais inviabiliza um aspecto crucial para o desenvolvimento da análise e produção textual, que é a reflexão gramatical. É por meio do manejo das estruturas gramaticais da língua que o produtor de textos irá expressar suas ideias, organizar argumentações, escolher formas de expressar pensamentos. Quando dispensamos as aulas de gramática, por exemplo, perdemos a oportunidade de apresentar a nossos alunos a ferramenta crucial para a leitura e produção autônomas e críticas – a reflexão gramatical. (PILATI, 2017: 93)

A última unidade do livro, denominada “Delimitação de constituintes e justaposição de estruturas”, é dividida em três seções, a saber: “Teste de delimitação dos constituintes”, “Coordenação de orações” e “Paralelismo sintático”, que trazem à tona os fundamentos da consciência sintática do leitor-alvo, para que esta possa ser a florada e posta em prática, em cenários de produção escrita. A primeira subdivisão intuitiva apresenta formas de delimitar adequadamente os constituintes da frase verbal, a partir de dez testes bem definidos, que serão explicados minimamente a seguir, de acordo com a disposição deles no livro, haja vista serem importantíssimos para as aulas de análise sintática.

O teste de substituição consiste na troca de um constituinte maior por outro menor, que seja sintática e semanticamente equivalente aos termos substituídos. O teste da pronominalização assemelha-se ao anterior, mas a permuta ocorre exclusivamente com pronomes pessoais ou demonstrativos (ele, ela, o, a, isso), que comutam as partes maiores do sujeito ou do complemento verbal, facilitando o entendimento da delimitação. O teste de interrogação funciona quando trocamos os constituintes originais por uma forma interrogativa (por exemplo: Quem? O quê? Como? Quando?), sem prejuízo sintático. O teste de

deslocamento serve para demonstrar que não podemos deslocar uma parte do constituinte principal sem que se recorra à agramaticalidade, isso porque nem todas as partes de um período são moventes. Esse procedimento é importante para identificar o adjunto adverbial do período. Já o *teste de apagamento* deve funcionar em conjunto a outros testes e também está ligado à identificação do adjunto adverbial, que poderá ser apagado do período, dada a sua natureza de acessório.

Somados a esses testes, após algumas atividades de fixação, os autores dissertam sobre mais cinco, sendo o quinto deles o *teste de interpolação*. Esse é um desdobramento do teste de deslocamento, em que se insere um suposto constituinte entre elementos internos de outro, para atestar autonomia das partes. No *teste de resposta*, o suposto constituinte precisa funcionar como resposta a uma pergunta em que se busque identificá-lo. O *teste da anáfora* opera no uso de palavras ou expressões que retomem outros elementos maiores, vistos sob o prisma de outro período para seu balizamento. O *teste de clivagem*, por sua vez, ratifica a premissa de que um elemento ou um conjunto deles só poderá ser clivado (ser...que) se for um constituinte principal.

Por fim, mas não menos importante, há o *teste da coordenação*, em que se coordena os constituintes principais do período (sujeito, verbo, complemento verbal e adjunto adverbial) a fim de reconhecê-los. A título de esclarecimentos sobre essa categoria de testagem, até como um prelúdio para as próximas duas seções da unidade, valemo-nos de Bechara (2015), que explicita, no estudo dos estratos gramaticais, a noção de coordenação ou parataxe: “consiste a parataxe na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível pra constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias nas unidades simples desse estrato” (BECHARA, 2015, p. 50). Ou seja, a coordenação ocorre, quando dois ou mais constituintes equivalem sintaticamente em uma oração.

Na seção 12.2, “Coordenação de orações”, tem-se uma extensão da coordenação de constituintes, dessa vez aplicada a duas ou mais orações completas, que mantêm relação de independência e não exercem nenhuma função sintática em outra oração. A esse respeito, os autores esclarecem isso em três pontos:

- Cada oração (O1 e O2) é uma estrutura bem formada e dotada de seus próprios constituintes [...];
- Nenhuma das orações (O1 e O2) funciona como constituinte da outra, ou seja, nenhuma oração é sujeito, complemento verbal ou adjunto adverbial da outra;
- As duas orações se combinam num mesmo nível, sem hierarquias ou dependências estruturais (VIEIRA; FARACO, 2020, P. 180).

No seguimento, Vieira e Faraco revisitam os tipos de orações coordenadas, classificadas de acordo com os compêndios gramaticais, porém sem se perder em qualquer reducionismo imediatista, fixo, mumificado, pois a eles são agregadas nuances de análise, as quais foram pensadas e concebidas em um novo modo de se trabalhar com estrutura sintática, partindo de uma diagramação multicolor, didática e funcional. Ao longo de uma descrição meticulosa, somos apresentados às orações coordenadas pelas conjunções “e, ou, nem, mas”; às coordenadas por conectivos de oposição, de explicação, de conclusão, bem como às estruturas justapostas, isto é, onde inexiste a presença de conectivos.

A seção que finaliza o livro, “12.3. Paralelismo sintático”, tem o fito de explicar o funcionamento do paralelismo sintático e de demonstrar sua importância, frente às aulas de redação e de gramática normativa. Esse fenômeno é definido pela “simetria estrutural entre constituintes coordenados ou orações coordenadas” (VIEIRA; FARACO, 2020, p. 210). Nesse sentido, deve-se manter a posição em que a palavra ou expressão está situada nas orações, assim como é preciso conservar a forma para manter a simetria, a qual pode ser classificada em dois tipos: paralelismo sintático por estruturas correlatas e paralelismo sintático por constituinte matriz.

As estruturas correlatas criam um vínculo de interdependência sintática entre duas orações ou dois constituintes paralelos, de modo que a exclusão de um desses elementos pode fazer com que o sentido da frase verbal seja alterado ou se torne agramatical. Agora, o constituinte matriz labora como a base pela qual os demais constituintes são coordenados, independentemente da quantidade, mas sem perder de vista a inteligibilidade do período.

Assim, ao longo dessa ponte de conhecimento acuradamente arquitetada sobre um rio de fundamentos gramaticais turbulentos, a jusante de um imediatismo que tende a ser chamativo aos iniciantes da escrita acadêmica, Vieira e Faraco têm o zelo de selecionar, no terceiro volume da coleção *Escrever na Universidade*, a essência de um modelo analítico de estrutura gramatical, por meio de diagramação didática, simples e rica, e de apontar uma direção ao leitor-alvo, isto é, ao estudante universitário, para se compreender a norma-padrão de referência do português brasileiro contemporâneo, conforme ocorre o maturamento em suas práticas de produção escrita.

Quanto às informações contidas em *Gramática do período e da coordenação*, não há exaustão na leitura, até mesmo para os iniciantes no tema, pois os autores conseguem captar o cerne dos conceitos, dos estatutos teóricos, em uma linguagem acessível, sem recorrer a tautologias ou a uma verborragia maçante. Os exemplos também parecem ter sido cuidadosamente pensados, a partir de excertos, fragmentos de textos reais, demonstrando que a aplicabilidade não partiu de frases inventadas, moldadas meticulosamente para

preencher o espaço daquele fato de gramática. Outrossim, as propostas de atividade são diversificadas e são fundamentais para materializar os conhecimentos dispostos no material, desenvolvendo, por conseguinte, a consciência sintática, que certamente é o fulcro do volume 3. É um verdadeiro manual teórico-metodológico para aqueles que almejem se aventurar na autorreflexão gramatical de uma escrita formal da sua própria língua.

Referências

BAGNO, M. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2020.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

LÍNGUAS: Vidas em português. Direção: Victor Lopes. Portugal, Brasil: 2014. 1h15min.

PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Escrever na universidade 3: gramática do período e da coordenação**. São Paulo: Parábola, 2020.